

THAYS CESTARI MILANI

EVOLUÇÃO DO MICROCRÉDITO NO BRASIL ATRAVÉS DO PROGRAMA
NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTO ORIENTADO

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas pelo
Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Adilson Volpi

CURITIBA
2013

TERMO DE APROVAÇÃO

THAYS CESTARI MILANI

EVOLUÇÃO DO MICROCRÉDITO NO BRASIL ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientador: _____

Prof. Adilson Antônio Volpi
Departamento de Economia, UFPR.

Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto
Departamento de Economia, UFPR.

Prof. Dr. Mariano de Matos Macedo
Departamento de Economia, UFPR.

Curitiba, 16 de dezembro de 2013

RESUMO

Este trabalho trata da evolução do microcrédito no Brasil através do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e a importância deste tipo de crédito como ferramenta para o desempenho das microempresas brasileiras. No Brasil as microempresas possuem uma dificuldade comum: a falta de recursos para evoluir o negócio. Internamente estas empresas não conseguem gerar lucros a ponto de criar reservas que supra as necessidades de investimento no curto prazo e dificilmente os microempreendedores conseguem crédito adequado, considerando prazos e juros, para financiar o crescimento dos seus negócios. Analisando o desenvolvimento do PNMPO de 2005 a 2012 e com base nos dados verificou-se que houve um grande crescimento das Microempresas (ME's) e também dos Microempreendedores Individuais (MEI's), os dois grupos atendidos pelo microcrédito. Este trabalho analisou o crescimento da concessão de crédito via PNMPO para as microempresas ao longo dos anos de 2005 a 2012. Conclui-se que esta modalidade de crédito, mesmo sanando a maior dificuldade encontrada pelo setor, não pode ser considerada a salvação para o fortalecimento das MEI's e ME's, visto que, as mesmas enfrentam outros problemas além da falta de crédito como capacidade de inovação, gestão dos custos no longo prazo.

Palavras-chave: Microcrédito. Informal. Instituições. Microempreendedor

ABSTRACT

This paper deals with the evolution of microfinance in Brazil through the National Productive Microcredit Program (NPMP) and the importance of this type of credit as a tool for the performance of Brazilian firms. In Brazil the micro and small enterprises have a common difficulty: the lack of resources to develop the business. Internally these companies fail to generate profits on the verge of creating reserves that meets the needs of investment in the short term and micro-entrepreneurs can hardly adequate credit considering deadlines and interest to finance the growth of their business. Analyzing the development of PNMPO 2005-2012 and based on the data it was found that there was a large growth of micro-entrepreneurs and solo Micro-entrepreneurs the two groups served by microcredit. This study analyzed the growth of lending via NPMP for micro and small businesses over the years 2005-2012. It is concluded that this type of lending even remedying the greatest difficulty encountered by the sector can not be considered the lifeline to the strengthening of individual micro-entrepreneurs and microenterprises since the same face other problems besides the lack of credit as innovativeness management costs in the long run.

Keywords: Micro credit. Informal. Institutions. Micro enterprise.

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

AGI – Agências de Intermediação

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFO's – Instituições Financeiras Operadoras

IMPO – Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado

MEI's – Microempreendedores Individuais

ME's – Microempresas

MPO – Microcrédito Produtivo Orientado

ONG's – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO PARA AS EMPRESAS.....	10
2.1 RELAÇÃO ENTRE O CRÉDITO E O DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS.....	10
2.2 DIFICULDADE DE ACESSO AO CRÉDITO DAS MICROEMPRESAS E DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.....	12
3 MICROCRÉDITO, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E MICROEMPRESAS.....	14
3.1 CONCEITO GERAL DO MICROCRÉDITO.....	14
3.2 CARACTERÍSTICAS DO MICROCRÉDITO.....	16
3.3 DEFINIÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E MICROEMPRESAS.....	19
4 PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO.....	22
4.1 HISTÓRICO.....	22
4.2 EVOLUÇÃO DE 2009 A 2012.....	25
5 CONCLUSÕES GERAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

O crédito possui uma importante função na economia, uma vez que é responsável por possibilitar que transações ocorram com maior rapidez e com isso possibilite a multiplicação dos fluxos financeiros, gerando assim, um maior nível de consumo e receita. O microcrédito, por sua vez, possui dois significativos motivos para ser considerado relevante ao desenvolvimento dos países, principalmente dos países em desenvolvimento, pois é este tipo de crédito que possibilita o fortalecimento dos microempreendimentos. É também um elemento que contribui para melhoria da qualidade de vida da população, pois segundo PEREIRA (2009) atua como um instrumento de combate a pobreza e um elemento importante para o desenvolvimento local.

A grande dificuldade de acesso ao crédito dos microempreendedores é um dos fatores que dificulta a possibilidade de fortalecimento e crescimento dos microempreendedores individuais e também das microempresas. No entanto não podemos desconsiderar a importância das microempresas para a economia do país. Segundo dados do SEBRAE (2012), as microempresas representam na economia brasileira 99% do total de empresas do país e representam 25% do total do PIB. Além disso, são responsáveis por 70% das novas vagas de empregos geradas todos os meses e correspondem a 52% do saldo de empregos formais da economia.

O ano de 2005 foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como ano internacional do microcrédito, segundo FELTRIM (2009). Com isso no Brasil, neste ano, nasceu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado para atender a lei 11.110, de 25 de abril de 2005. O objetivo deste programa é incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares e também incentivar a transformação do cenário nacional, reduzindo as desigualdades sociais e econômicas em todo o território brasileiro. Sendo assim, a importância do crédito para manutenção e perspectiva de crescimento das microempresas e dos microempreendedores individuais é um importante motivador para as instituições governamentais e privadas buscarem inovações e métodos que visem à viabilização do crédito a estes microempreendedores.

No capítulo que segue esta introdução é feita uma abordagem sob a perspectiva de dois importantes autores sobre a importância do crédito na dinâmica produtiva das empresas e também abordamos a dificuldade de acesso ao crédito

dos microempreendedores. Logo após, no terceiro capítulo, é apresentado o conceito de microcrédito com a abordagem de um breve histórico e também as definições das características do microcrédito no Brasil e o público atendido por ele. Neste capítulo apresentamos também a definição dos microempreendedores individuais (MEI's) e das Microempresas (ME's), publico alvo deste trabalho.

No quarto capítulo apresentamos o objetivo e aspectos gerais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e aprofundamos uma análise da evolução deste programa desde 2005, ano em que foi criado, até o ano de 2012. Por último, apresentamos a conclusão, a qual busca apresentar os dois pontos de relevância do microcrédito, ou seja, destacar a importância do microcrédito economicamente e socialmente aos microempreendedores, além de abordar o fortalecimento das empresas atendidas por esse recurso e o crescimento da demanda ao longo dos anos no PNMPO.

2 IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO PARA AS EMPRESAS

O objetivo deste capítulo é apresentar a importância do crédito para as empresas, embasando a argumentação em SMITH (1996) e SCHUMPETER (1997). Abordaremos também a dificuldade dos microempreendedores, sejam eles do seguimento dos microempreendedores individuais (MEI's) ou microempresas (ME's), enfrentam para ter acesso ao crédito no mercado financeiro comum.

2.1 Relação entre o crédito e o desenvolvimento das empresas

O mercado financeiro é composto por diversas instituições, as quais atuam como instrumento de intermediação financeira. Normalmente essas atuam de forma segmentada em quatro mercados, são eles: monetário, de câmbio, de capitais e de crédito.

A atividade de concessão de crédito está atrelada a promessa de pagamento por parte dos emprestadores. Ou seja, há um risco intrínseco a atividade do mercado de crédito que é, por motivos diversos, o compromisso de pagamento não ser efetivado. SANDRONI (1999) coloca que: “existem duas características importantes, que é a confiança na promessa do pagamento e o intervalo de tempo entre a obtenção e quitação da dívida”. SMITH (1996) acredita que o crescimento econômico dos empreendimentos está intimamente ligado ao potencial de acúmulo de capital, ou seja, é essencial a formação de poupança. A visão de Adam Smith sobre o crédito é:

[...] O tomador do empréstimo, por sua vez, pode utilizá-lo como capital ou como um dinheiro reservado para seu consumo imediato. Se o emprega como capital, utiliza-o para a manutenção de mão-de-obra produtiva, a qual reproduz o valor, com lucro. Neste caso, o tomador tem condições tanto para repor o capital como para pagar os juros, sem alienar qualquer outra fonte de sua renda nem interferir nela. Utiliza-se o dinheiro emprestado para consumo imediato, age como um perdulário, dissipando na manutenção de pessoas ociosas aquilo que se destinava a manter pessoas operosas. (SMITH, 1996, p.349).

Para Smith o desenvolvimento das empresas está atrelado à capacidade de obter uma reserva de capital capaz de fazer o dia a dia dos empreendimentos acontecerem. Segundo SMITH (1996) reservar parte do lucro para constituição de um fundo de reserva futuro posteriormente permitiria o desenvolvimento e crescimento da empresa.

Fortalecendo a importância do capital para criar novas oportunidades e manter o negócio em funcionamento SCHUMPETER (1997) acredita que através do crédito o empresário pode inovar, adquirindo meios de produção e mão de obra para sua empresa. Ou seja, os empresários que não possuem todo capital necessário para gerar o crescimento econômico das suas empresas podem utilizar do recurso de terceiros para gerar novas oportunidades e inovações. Na visão schumpeteriana o crédito propicia a dinâmica produtiva. As inovações geradas pelo crescimento do empresário promovem o que SCHUMPETER (1997) chama de destruição criadora, que é a consequência do aumento do lucro e sucesso da estratégia do empresário e com isso há um estímulo a seguir com o crescimento dos negócios. Segundo SCHUMPETER (1997):

Através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela. Ele substitui temporariamente, por assim dizer, o próprio direito por uma ficção deste. A concessão de crédito opera nesse sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas. É só assim que o desenvolvimento econômico poderia surgir a partir do mero fluxo circular em um equilíbrio perfeito. E essa função constitui a pedra angular para a moderna estrutura de crédito. (SCHUMPETER, 1997, p. 74)

Sendo assim é possível compreender que ter reservas em caixa ou ter acesso ao financiamento de terceiros, no caso acesso ao crédito, é essencial ao desenvolvimento das empresas. Os microempreendedores individuais e as microempresas dificilmente conseguem se enquadrar a oferta comum do mercado financeiro e também, normalmente, não possui rentabilidade suficiente para gerar grandes reservas de caixa. Com isso o microcrédito é o crédito destinado a suprir as necessidades destes microempreendedores.

O microcrédito tem duas frentes de atuação os microempresários individuais e as microempresas, sendo que em ambos os casos podem ser segmentados como pessoas físicas ou pessoas jurídicas.

2.2. Dificuldade de acesso ao crédito das microempresas e dos microempreendedores individuais

Para as microempresas e MEI's o crédito significa mais que simplesmente propiciar um aumento da produtividade ou lucros, e sim, muitas vezes significa dar continuidade a atividade e suprir as necessidades básicas do seu funcionamento. Entretanto as instituições financeiras ao concederem empréstimos se preocupam tanto com a taxa de juros, embutidas nas transações, e também com o risco de inadimplência. Sendo assim para se precaver de possíveis prejuízos os bancos buscam selecionar quais serão os empresários/clientes que receberão o empréstimo.

Há uma assimetria de informação que dificulta a ação das instituições em mapear este risco, segundo STIGLITZ e WEISS (1981), as instituições financeiras normalmente não utilizam a taxa de juros como “instrumento de seleção” para compensar o risco intrínseco das operações de crédito e sim estabelecem uma taxa de juros e regulam o montante de capital via crédito disponibilizado.

Segundo SCHRICKEL (1995):

A concessão de empréstimo envolve três etapas:

- 1) Análise retrospectiva, que se refere à avaliação do desempenho histórico do tomador e de sua atividade;
- 2) Análise de tendência, com a projeção da condição financeira futura do tomador e sua capacidade de endividamento;
- 3) Capacidade creditícia, etapa na qual é avaliada a proposta de crédito estruturada com previsão de amortização da dívida.

Diante desse cenário STIGLITZ e WEISS (1981) apontam que o equilíbrio proposto pela lei de oferta pode, algumas vezes, não ser atingido no mercado de crédito, uma vez que a taxa de juros não é completamente eficaz para controlar o equilíbrio entre a oferta e demanda. Sendo assim, é provável a existência de demandantes, e não existir uma oferta disponível para suprir está demanda latente.

Outro instrumento utilizado pelas instituições financeiras, segundo STIGLITZ e WEISS (1981), para selecionar a quem conceder empréstimos é a solicitação de garantias atreladas e também um conjunto de documentos, os quais buscam formalizar a efetividade dos pagamentos futuros. E por mais que na visão das concedentes de crédito estas informações reduzem o risco de inadimplências pode

haver uma seleção errônea. Nesse sentido um possível erro cometido na análise de risco de crédito, segundo FIGUEIREDO (2001) é que as instituições financeiras utilizam o mesmo método de análise para as pequenas e grandes empresas. Segundo FIGUEIREDO (2001):

As técnicas de análise para investimentos ou concessão de crédito foram desenvolvidas com base em parâmetros adequados às grandes empresas e acabam, no geral, sendo utilizados para avaliar solicitações de empresas menores. (FIGUEIREDO, 2001, p. 99)

Este conjunto de instrumentos utilizados para diminuir os riscos reduz as possibilidades de obtenção de crédito das microempresas uma vez que possivelmente não consigam pagar as altas taxas de juros e também não possuam as garantias exigidas.

Com isso é possível concluir que a importância do capital, seja ele interno ou externo, é essencial ao desenvolvimento das empresas. No caso dos microempreendedores, quando não é possível obtenção de crédito via bancos comerciais à existência de um tipo de crédito, nesse caso o microcrédito, que atenda este seguimento é essencial para que as empresas deste setor possam se desenvolver.

3 MICROCRÉDITO, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E MICROEMPRESAS

Neste capítulo é apresentado o conceito geral do microcrédito e também as características dos microempreendedores individuais (MEI) e das microempresas (ME's). Será abordado também um breve histórico sobre o microcrédito e algumas características, como: qual objetivo deste tipo de crédito, os tipos de microcrédito existentes, o grupo de empreendedores atendidos e como é realizado este direcionamento. Além disso, este capítulo tratará as especificidades dos microempreendedores e as suas características no Brasil.

3.1 Conceito geral do microcrédito

Segundo OLIVEIRA (2007), o fim da segunda guerra mundial trouxe um novo contexto econômico e social ao mundo. Os acordos firmados após o fim da guerra acarretaram em um conjunto de muitas mudanças no quadrante das políticas sociais no mundo. O cenário econômico ficou bastante afetado gerando grande redução nas taxas de crescimento dos países e significativa elevação dos níveis de desemprego. A Guerra Fria intensificou a recessão mundial e o agravamento do escoamento dos recursos financeiros globais e cada vez mais os países tinham seu fluxo econômico alterado e um desgaste social muito intenso.

Sendo assim, como uma alternativa para reestruturar a sociedade e aquecer a economia interna dos países o termo microcrédito passou a ser mais utilizado a partir da década de 1970, segundo YUNUS (2000). Neste contexto os governos passaram a despender grande atenção às políticas protecionista e assim tentar suprir o aumento da demanda por serviços sociais e também por empréstimos/financiamentos para continuidade dos negócios e sobrevivência das famílias.

Em Bangladesh, no ano de 1976, Muhammad Yunus iniciou um trabalho junto às comunidades mais pobres. O trabalho desenvolvido pelo professor e banqueiro YUNUS (2000) tinha como principal objetivo gerar oportunidade de desenvolvimento

sustentável aos moradores daquela região, ou seja, visava gerar novas oportunidades aquelas famílias e, tentar assim, quebrar o ciclo de pobreza que existia. Visto que a região era muito pobre e as famílias muito humildes, o professor percebeu que para manter a agricultura, os poucos animais que as famílias tinham ou para fabricação dos produtos artesanais os quais eram os produtos de subsistência daquela região, as famílias pegavam dinheiro emprestado de agiotas e no fim da fabricação/venda grande parte do lucro obtido eram revertidos no pagamento dos empréstimos. Com isso as famílias permaneciam em um ciclo continuo de dívidas e falta de oportunidade para melhorar as condições de vida.

O trabalho do professor Yunus era encontrar uma maneira de que as famílias da região se desenvolvessem, mas não precisarem reverter todo o lucro em pagamento de juros, e assim gerar, possivelmente um crescimento da região. O método encontrado por ele foi o de conceder pequenos empréstimos, principalmente as mulheres que tinham maior preocupação em melhorar as condições da família, para que conseguissem assim desenvolver as atividades geradoras de renda, cobrando uma taxa de juros menor que o dos agiotas e com isso as famílias conseguiam acumular reservas e aos poucos criar melhores condições.

Podemos considerar a grande evolução do trabalho realizado por YUNUS (2000) o modelo de garantia do empréstimo empregada, a garantia moral. Essa garantia consistia em formar pequenos grupos de pessoas e nestes grupos um se responsabilizava pelo outro em relação ao compromisso de pagamento do empréstimo. Segundo YUNUS (2000) o retorno dos empréstimos concedidos era de 98,85%, fortalecendo seu objetivo inicial com o microcrédito, que é de buscar alternativas para quebrar o ciclo da pobreza, “microcrédito é muito mais que entregar dinheiro e recebê-lo de volta. Esta é apenas uma parte. Microcrédito é também mudança social” (YUNUS, 2000).

Segundo PARENTE (2002):

[...] o conceito de microcrédito não se esgota na noção de valor. Ele carrega um conjunto de atributos relativos à forma como o crédito é concedido e restituído, a finalidade do empréstimo e ao público apto a figurar como tomador [...] a camada da população de mais baixa renda, em geral excluída do sistema financeiro convencional, em especial os microempreendedores do segmento informal da economia. (PARENTE, 2002, p. 16)

Caracterizando, assim, o sentido geral, mais comum, dado ao microcrédito podemos destacar o conceito “pequenos empréstimos à população muito pobre, para trabalhar por conta própria, permitindo gerar renda para seu sustento e de suas famílias” (BARONE e SADER, 2008).

3.2 Características do microcrédito

O microcrédito é visto, segundo RIGHETTI (2008), como uma parte da indústria microfinanceira, a qual é constituída por uma gama de serviços financeiros direcionados a população de baixa renda. Entre estes serviços estão a poupança, depósitos a prazo, seguros, cartão de crédito, entre outros.

No Brasil o microcrédito pode ser concedido tanto ao microempreendedor individual (MEI), segundo SEBRAE: “Um empresário com faturamento bruto de, no máximo, R\$60 mil ao ano”. E também atende as Microempresas que segundo SEBRAE são: “Empreendimentos com faturamento bruto anual de até R\$ 360 mil”.

A grande dificuldade dos microempreendedores é conseguir gerar acúmulo de capital, disponível no curto, para trabalhá-lo como capital de giro, reserva essa que é essencial para manutenção do negócio em atividade. Normalmente a atividade dos microempreendimentos é a principal fonte de renda da família do microempresário e por precisar arcar com os custos do negócio e também gerar renda a família, dificilmente consegue guardar parte do lucro que obtém para criar um estoque de capital para trabalhar como capital de giro, segundo RIGHETTI (2008).

Por não possuírem os pré-requisitos exigidos pelos bancos comerciais convencionais dificilmente conseguem ter acesso aos formatos de créditos comuns. Sendo assim o microcrédito é muito importante ao segmento dos microempreendedores para que eles possam assim desenvolver suas atividades rotineiras e também se estruturarem buscando o desenvolvimento financeiro dos seus negócios

O microcrédito no Brasil é distribuído em três frentes: via programas do governo, iniciativa privada ou pela sociedade civil. O governo atua em duas frentes, uma é destinando diretamente crédito ao microempresário por meio de instituições especializadas no apoio de desenvolvimento deste setor, como instituições de

microcrédito produtivo orientado e agentes de Intermediação ou com a concessão de crédito as instituições de segunda linha do governo, as quais recebem um montante de capital, o qual deve ser direcionado as regiões possibilitando assim o desenvolvimento local, como por exemplo, o Programa do SEBRAE de Apoio ao Segmento de Microcrédito, Programa de Crédito Produtivo Popular no BNDES e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

As outras formas de concessão de microcrédito, ou seja, os que não possuem influência governamental podem ocorrer em dois caminhos, com ou sem fins lucrativos. O primeiro grupo são Organizações Não Governamentais (ONG's) as quais cobram no máximo doze por cento de juros ao ano e normalmente são subsidiadas por empresas ou pessoas físicas que buscam o desenvolvimento social de determinadas regiões ou grupos. Já os bancos comerciais distribuem o microcrédito e buscam como principal objetivo obter lucro, com isso, trabalha com ofertas de pequenos montantes e o grupo de oferta é mais selecionado. Isso não quer dizer que os demais grupos ofertantes de crédito aos micro-empresendedores não busquem obter lucros, mas este não é o principal objetivo visto que os juros são de longíssimos prazos e o retorno é pequeno se comparado as outras práticas do mercado.

Segundo SANTOS (2013):

Além do apoio constante por parte do SEBRAE no sentido de preparar as empresas de menor porte para obter melhores condições de financiamento melhorar a gestão dos recursos adquiridos, seria necessário aumentar a parcela do crédito bancário destinado a esse segmento. Para isso, poder-se-ia aumentar o percentual de microcrédito concedido pelos bancos e criar linhas específicas aos pequenos negócios, a partir da redução das reservas compulsórias bancárias, assegurando-se condições mais favoráveis que as atuais e quanto a juros e prazos de financiamento. (SANTOS, 2013. P.17)

O microcrédito orientado tem algumas diferenciações em relação ao crédito comum ofertado pelo mercado financeiro comum. Primeiramente a concessão de microcrédito normalmente é de forma assistida, ou seja, as microempresas recebem a visita de um Agente de Crédito o qual avaliara as necessidades e condições financeiras do empreendimento. Auxiliando assim no planejamento e organização do negócio, estipulando o valor de empréstimo ideal e fornecendo auxílio no planejamento da utilização. Ou seja, um grande diferencial é o acompanhamento da evolução da empresa após o acesso ao crédito.

Um segundo ponto de grande diferenciação é o formato de garantia adotado. No sistema convencional de crédito são necessárias garantias reais, ou seja, precisam de bens ou documentação que garantam a minimização das possibilidades de inadimplência. O grupo tomador de microcrédito não possui estas garantias reais exigidas pelo sistema bancário convencional, com isso há um formato específico de formalização da garantia destes micro empréstimos. No caso de uma garantia individual há indicação de um fiador/avalista e para o formato de garantias coletivas a garantia ocorre via um aval solidário que consiste na formação de pequenos grupos, geralmente de até cinco pessoas, no qual os tomadores de crédito assumem um duplo papel, pois, além de tomadores tornam-se avalistas dos demais pertencentes do grupo. Nas ONG's e empresas privadas que trabalham com o microcrédito podem existir algumas regras ou especificações que diferem do que apresentamos anteriormente, mas utilizaremos a regulação do governo como base de análise.

Para gerenciar a liberação deste crédito e trabalhar para que o acesso se torne uniforme em todo o Brasil existem os agentes operadores ou concessionários de crédito, este grupo é responsável por criar a linha de crédito e promover a liberação com o cadastro das microempresas e auxílio na construção da identidade financeira da microempresa. Estas instituições que chamamos de segundo piso, pois recebem o dinheiro de instituições de primeiro piso que são aquelas ligadas ao governo e que regulam a distribuição de financiamentos concedidos pelo governo.

Segundo as regras de distribuição de microcrédito do PNMPO, as agências de primeiro piso são responsáveis por cadastrar todas as agências de segundo piso que trabalham o microcrédito e também controlar as medidas, ou seja, garantir que os juros estão sendo respeitados a este grupo, o prazo de amortização, entre outros. As agências reguladoras do Governo possuem a responsabilidade de dinamizar a distribuição do microcrédito e fiscalizar este mercado. Como em qualquer outro tipo de empréstimo é necessário que exista um equilíbrio financeiro para as instituições e assim consigam trabalhar o custo das transações. Para este tipo de concessão de crédito o equilíbrio se dá com o trabalho de grandes carteiras de clientes na qual cada um deles recebe pequenos valores em crédito e também é possível pelo subsídio do Governo que distribui montantes de capital com características de juros de longíssimo prazo e possibilitam a distribuição com característica de taxa de juros de curto prazo. As taxas de juros se diferenciam da seguinte forma entre os pisos.

Nos pequenos negócios estes pequenos empréstimos são designados a formação de capital de giro ou pequenos investimentos estruturais. Sendo assim uma grande dificuldade enfrentada pelas instituições concessionárias de microcrédito é manejar estes pequenos empréstimos e gerar lucros ou ao menos gerenciar e aperfeiçoar os custos de capital e o custo de operação destes empréstimos e para isso a interferência do governo é essencial.

3.3 Definição de MEI's e ME's

Ter acesso ao crédito para os microempreendedores significa ter condições de continuar com o fornecimento de sua mercadoria ou serviço. Para os microempresários o pequeno lucro obtido torna-se diretamente a renda de sua família. Segundo YUNUS (2000) no caso do microcrédito “O banco que vai até o cliente” o que enfatiza o quão essencial é a disponibilidade de crédito aos MEI's e ME's. SANTOS (2013) aponta que as microempresas brasileiras ainda enfrentam muitas dificuldades para conseguir manter-se no mercado, dentre os principais motivos está à falta de crédito.

Dados do SEBRAE (2011) mostram que logo no primeiro ano vinte e dois por cento das micro e pequenas empresas fecham e para este grupo trinta e sete por cento da mortalidade deve-se a falta de capital para continuar as atividades.

Segundo SEBRAE o Microempreendedor Individual (MEI) caracteriza-se por uma pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário, e pode ter apenas um empregado contratado e este recebe o salário mínimo ou o piso da categoria que o negócio está inserido. São 470 tipos de negócios que são permitidos a classificação de Microempreendedor Individual e o governo impõe algumas obrigações para que o microempresário possa ser registrado como MEI, são elas: obtenção de alvará, licença sanitária e preenchimento mensal do Guia de FGTS do funcionário, esses quando necessário. O relatório mensal das receitas brutas, declaração anual simplificada são obrigatório a todos.

Já as Microempresas (ME's), segundo SEBRAE são: empresas com faturamento anual de até R\$360 mil reais, com até nove funcionários, para comércio e serviços, e até dezenove funcionários, no setor de construção e industrial.

Abaixo podemos observar o crescimento das microempresas e também dos microempreendedores individuais cadastradas desde o ano de 2009 (TABELA 1). E na segunda tabela (TABELA 2) consta o volume de contribuições registrado por estas empresas desde o ano de 2007 perante a Receita Federal (TABELA 2).

TABELA 1 – QUANTIDADE DE ME's e MEI's REGISTRADAS NO SIMPLES NACIONAL DE 2009 A 2012

ANO	2009	2010	2011	2012
Quantidade de Optantes em base mil	44.188	771.715	1.656.433	2.665.605

FONTE: Portal do Empreendedor

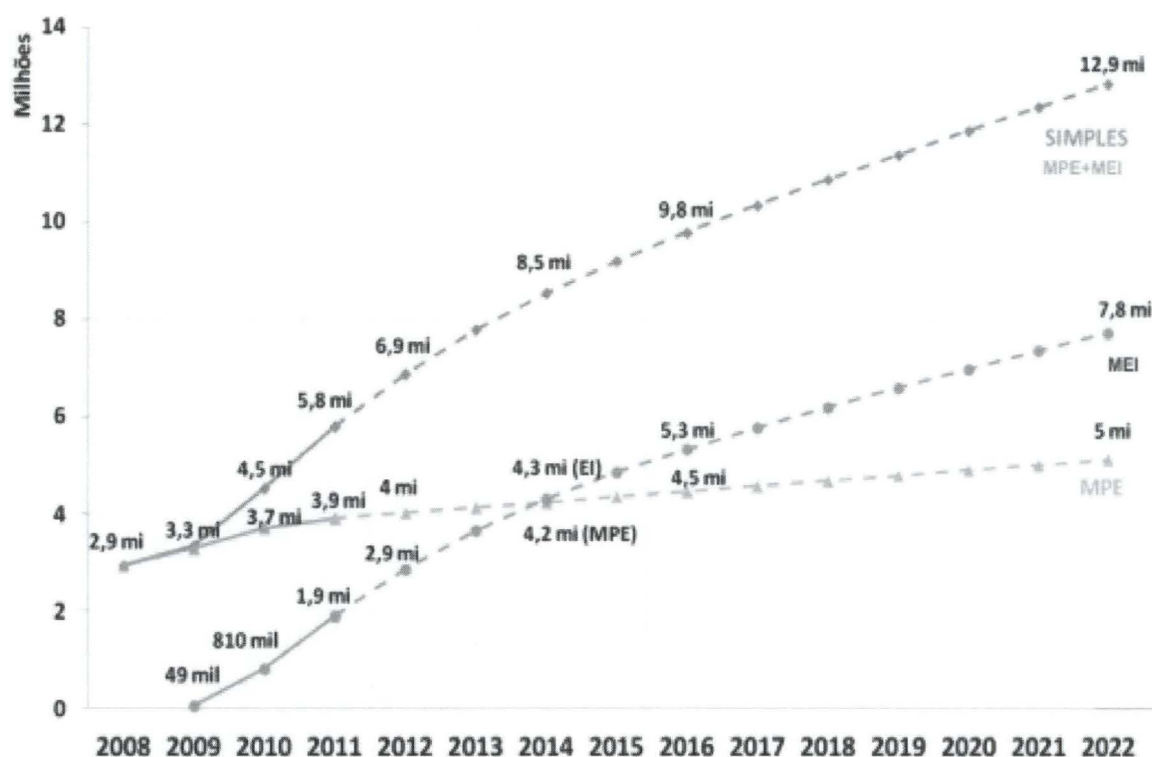
TABELA 2 – RESUMO DE ARRECADAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL.

RESUMO DE ARRECADAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL				
ANO	UNIÃO	ESTADOS	MUNICIPIOS	TOTAL
2007	6.049,78	1.788,83	541,51	8.380,12
2008	17.648,47	4.900,58	1.638,66	24.187,71
2009	19.927,66	5.023,76	1.884,24	26.835,66
2010	26.697,59	6.258,83	2.574,83	35.531,25
2011	31.915,83	7.131,78	3.246,60	42.294,21
2012	35.257,65	7.492,53	3.750,55	46.500,73
TOTAL	137.496,98	32.596,31	13.636,39	183.729,68

Fonte: SEBRAE (2011)

No gráfico (GRÁFICO 1) abaixo podemos observar o crescimento esperado aos setores que compõe os seguimentos das empresas que utilizam do tipo de declaração SIMPLES NACIONAL, categoria essa que o MEI e ME se enquadram ao deixar o setor informal e se formalizam, e assim passam a ter acesso à contribuição da aposentadoria, por exemplo.

GRÁFICO 1 – PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS VIA DECLARAÇÃO DO TIPO SIMPLES NACIONAL



FONTE: SEBRAE (2011) , a partir de dados da Receita Federal

Analisando o crescimento projetado ao longo dos anos é possível notar o impacto econômico destes seguimentos na economia brasileira e reforça assim a importância da disseminação de programas que viabilizem a concessão de crédito aos microempresários.

4 PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

Neste capítulo serão abordados detalhes sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

4.1 Histórico

Criado a partir da Lei 11.110, de 25 de abril de 2005 o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) é um programa do Governo Federal de responsabilidade do Ministério do trabalho e emprego o qual tem como objetivo incentivar a oferta de microcrédito produtivo orientado aos micro e pequenos empreendedores e com isso promover a geração de novas vagas de trabalho e desenvolver o nível renda local.

Segundo a regulamentação do programa, Lei 11.110, o objetivo do programa é: “O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO foi instituído pela Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, e tem os seguintes objetivos gerais: Incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares. além de promover o crédito aos microempreendedores o principio de ensinar a administrar seu negócio e com isso promover um desenvolvimento social e econômico.”.

Promovendo assim, entre os microempreendedores, jurídicos ou físicos a possibilidade de se desenvolver. Com isso o resultado esperado é a redução tanto das desigualdades sociais como uma melhora das condições econômicas das regiões que as microempresas estão instaladas.

YUNUS (2000) coloca que o microcrédito é trabalhado com o banco indo até o cliente e não o contrario e buscando cumprir esta premissa da distribuição do microcrédito citada por Yunus o PNMPO conta com as Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPO). Instituições estas que se habilitam junto ao Ministério

do Trabalho e buscam promover a distribuição do microcrédito produtivo orientado (MPO) em todo o território brasileiro, tornando-se assim as responsáveis por aproximar o crédito do seu público alvo e também oferecer orientação sobre gestão econômica e financeira aos micro e pequenos empresários a quem concedem crédito.

As Agências de Intermediação (AGI) são instituições que financiam a atuação das distribuidoras de microcrédito (IMPO), o financiamento do PNMPO provém de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e conta também com uma parcela dos recursos dos depósitos à vista destinados ao microcrédito, de que trata o Art. 1º da Lei no 10.735, de 11 de setembro de 2003. O Ministério do Trabalho e Emprego atua como regulador do Programa Nacional, ou seja, é o órgão responsável por garantir que os recursos são adequados ao tamanho da demanda e também que estão sendo empregados de forma adequada.

São atendidos pelo PNMPO empresas de pessoas físicas ou jurídicas com faturamento bruto anual de até R\$120 mil reais. O Comitê Interministerial do PNMPO reforça o interesse de atuar fortemente no desenvolvimento sustentável das microempresas e reforça também a importância deste segmento na economia. Este comitê é formado por representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Foram concedidos nos primeiros anos do programa, de 2005 a 2008, R\$ 4,3 bilhões de reais em empréstimos via MPO e mais de três milhões de microempresas foram atendidos. Os dados abaixo são do Relatório Anual Oficial do PNMPO.

TABELA 3 – RESULTADOS CONSOLIDADOS do PNMPO ANUAIS 2005 A 2008

ANO	OPERAÇÕES DE MICROCRÉDITO (EM UNIDADE)	ÍNDICE¹	VALOR CONCEDIDO² (EM R\$1,00)	ÍNDICE³
2005	632.106	100,00	602.340.000,00	100,00
2006	828.847	131,12	831.815.600,78	138,10
2007	962.942	152,34	1.100.375.829,94	182,68
2008	1.274.296	201,60	1.807.071.717,91	300,01
TOTAL	3.698.708		4.341.603.148,63	

Notas:

¹ Índice da quantidade de operações de microcrédito produtivo orientado. Ano Base 2005 = 100,00.

² Valores nominais

³ Índice do volume de crédito concedido para o microcrédito produtivo orientado. Ano base 2005 = 100,00.

FONTE: PNMPO BRASIL

No ano de 2007, do total de volume de empréstimos concedidos 77,80% foram para financiar capital de giro dos negócios dos microempresários individuais, 17,30% para investimentos fixos e 4,90% para financiamento misto. Sendo que dos microempresários tomadores 77,62% são de empreendimentos comerciais, 14,54% do ramos de serviços, 4,97% para micro empreendimentos produtivos, 1,69% para negócios agrícolas e 1,18% para outros ramos. Já em 2008 89,3% do microempreendedores atendidos estavam segmentados no setor do comercio, 7,2% no setor de serviços, 2,8% no setor da indústria e apenas 0,7% em outros ramos. O valor médio de microcrédito concedido foi de R\$ 1418 e dos 640.448 microempresários atendidos 64% são mulheres.

Os dados mostram que os primeiros anos do Programa foram muito positivos, nas tabelas abaixo (TABELA 4) e (TABELA 5), observam-se os resultados gerais referentes aos anos de 2007 e 2008, respectivamente:

TABELA 4 – RESULTADOS FINANCEIROS DO PNMPO DE 2007.

	Descrição	Quantidades
1	Número Total de Operações de Crédito	963.459 créditos concedidos
2	Volume Total de Crédito em Novas Operações	R\$ 1.100.375.829,94
3	Valor Médio do Crédito Concedido	R\$ 1.142,11
4	Carteira Ativa em 31/12/2007	R\$ 522.295.212,10
5	Número de Clientes Ativos em 31/12/2007	513.032 microempreendedores
6	Média da Carteira Ativa em 31/12/2007	R\$ 1.018,06

FONTE: PNMPO BRASIL

TABELA 5 – RESULTADO FINANCEIROS DO PNMPO DE 2008.

	Descrição	Quantidades
1	Número Total de Operações de Crédito	1.274.296
2	Volume Total de Crédito em Novas Operações	R\$ 1.807.071.717,91
3	Valor Médio do Crédito Concedido	R\$ 1.418,09
4	Carteira Ativa em 31/12/2008	R\$ 708.168.212,65
5	Número de Clientes Ativos em 31/12/2008	640.448
6	Média da Carteira Ativa em 31/12/2008	R\$ 1.105,74

FONTE: PNMPO BRASIL

Nos primeiros quatro anos de programa o volume de microempresas atendidas duplicou e em volume de valor concedido (R\$) o valor triplicou neste período.

4.2 Evolução de 2009 a 2012

O PNMPPO busca promover o desenvolvimento dos microempreendedores e assim aumentar a oferta de empregos e conseqüentemente o nível de renda das regiões em que estão instaladas. Trata-se, portanto de um modelo de política publica o qual visa expansão econômica e a redução das desigualdades sociais. A tabela abaixo (TABELA 6) mostra a representatividade das operações de MPO desde a criação do PMPO em 2005 até o final da análise deste trabalho no ano de 2012.

TABELA 6 – CONSOLIDADO DE CONCESSÃO DE MPO DE 2005 A 2012

ANO	OPERAÇÕES DE MICROCRÉDITO (EM UNIDADE)	ÍNDICE¹	VALOR NOMINAL CONCEDIDO (R\$)	ÍNDICE²	VALOR REAL CONCEDIDO³ (R\$)
2005	632.106,00	100,00	602.340.000,00	100,00	338.789.945,28
2006	828.847,00	131,12	831.815.600,78	138,10	515.325.563,15
2007	962.942,00	152,34	1.100.375.829,94	182,68	737.633.358,75
2008	1.274.296,00	201,60	1.807.071.717,91	300,01	1.357.620.037,08
2009	1.605.515,00	253,99	2.283.955.244,22	379,18	1.828.583.943,90
2010	2.015.335,00	318,83	2.878.394.620,63	477,87	2.514.148.239,94
2011	2.501.383,00	395,72	3.755.106.065,62	623,42	3.522.372.673,35
2012	3.848.109,00	608,78	6.237.579.238,64	1.035,56	6.112.633.517,52
TOTAL	3.698.708,00		19.496.638.317,74		16.927.107.278,97

Notas:

¹ Índice da quantidade de operações de microcrédito produtivo orientado.

² Índice do volume de crédito concedido para o microcrédito produtivo orientado. Ano base 2005 = 100,00.

³ Valores reais via deflator implícito INPC/IBGE.

FONTE: PNMPPO BRASIL

O ano de 2009 foi um ano atípico para economia mundial, uma vez que com a instabilidade internacional, devido à crise dos Estados Unidos, o cenário macroeconômico não era positivo de um modo geral. Mas mesmo com um contexto econômico desfavorável, no Brasil o microcrédito manteve sua expansão reforçando assim a importância das microempresas para a economia e principalmente reforçam a importância local que elas desempenham, visto que ajudam a continuar rodando a economia mesmo diante de recessões internacionais. Em relação a 2008 a concessão de MPO cresceu 26,67% e segundo IBGE (2008), nesse ano, as microempresas representavam 98% das empresas formais e juntamente dos os

quase 9,5 milhões de empresas informais dos micro e pequenos negócios totalizam cerca de 60% da mão de obra empregada no país e representam 21% do PIB Nacional.

As tabelas, (TABELA 7) e (TABELA 8), abaixo apresentam os valores anualmente de 2009 a 2012 da distribuição do crédito concedido por ramo de atividade ao longo do ano e a finalidade que o recurso foi solicitado:

TABELA 7 – QUANTIDADE DE CLIENTES ATENDIDOS DE 2009 A 2012 SEGMENTADOS POR RAMOS DE ATIVIDADE.

Ramo de Atividade	2009		2010	
	Quantidade de Clientes Atendidos	Valor (R\$)	Quantidade de Clientes Atendidos	Valor (R\$)
Agricultura	5.192	17.724.847,89	3.165	15.292.353,47
Comércio	1.401.793	1.921.091.939,44	1.789.239	2.454.932.953,68
Industria	42.317	72.331.850,33	65.098	118.596.882,84
Outros	35.302	55.174.282,95	1.920	6.919.392,81
Serviços	144.829	217.682.323,61	155.913	282.645.037,10
Total	1.629.433	2.284.005.244,22	2.015.335	2.878.386.619,90

Ramo de Atividade	2011		2012	
	Quantidade de Clientes Atendidos	Valor (R\$)	Quantidade de Clientes Atendidos	Valor (R\$)
Agricultura	3.830	21.043.227,98	6.762	20.182.893,16
Comércio	2.281.868	3.240.717.186,07	3.165.757	4.866.412.853,01
Industria	52.404	103.693.181,10	94.928	179.498.534,34
Outros	2.389	7.705.875,82	133.471	326.934.504,12
Serviços	185.342	385.295.716,29	447.191	844.550.454,05
Total	2.525.833	3.758.455.187,26	3.848.109	6.237.579.238,68

FONTE: PNMPO BRASIL

TABELA 8 – FINALIDADE DE UTILIZAÇÃO DO MICROCRÉDITO SOLICITADO PELOS CLIENTES ATENDIDOS PELO PNMPO DE 2009 A 2012.

Finalidade do Crédito	2009			2010		
	Quantidade de Clientes	Valor (R\$)	%	Quantidade de Clientes	Valor (R\$)	%
Capital de Giro	1.114.429	1.838.551.847,31	80%	1.367.682	2.557.293.332,89	89%
Investimento	86.449	159.315.943,90	7%	118.218	219.635.901,80	8%
Misto	163.996	286.087.453,01	13%	49.435	101.465.349,94	4%
Total	1.364.874	2.283.955.244,22	100%	1.535.335	2.878.394.584,63	100%

Finalidade do Crédito	2011			2012		
	Quantidade de Clientes	Valor (R\$)	%	Quantidade de Clientes	Valor (R\$)	%
Capital de Giro	2.357.046	3.210.451.658,70	85%	3.330.019	5.158.330.258,68	83%
Investimento	158.417	498.642.367,65	13%	497.189	986.621.083,94	16%
Misto	10.370	46.012.039,14	1%	20.901	92.627.896,32	1%
Total	2.525.833	3.755.106.065,49	100%	3.848.109	6.237.579.238,94	100%

Fonte: PNMPPO BRASIL

Resumindo os dados referentes ao ano de 2009 mais de R\$ 2,28 bilhões foram concedidos via MPO. E a média dos microcréditos concedidos é de R\$ 1.422,57. Analisando a tabela 8 a qual apresenta os percentuais de distribuição da finalidade do crédito observamos que 80% do microcrédito concedido têm a finalidade de gerar capital de giro às empresas.

Em 2010, analisando as tabelas, o principal ramo de atividade solicitante de microcrédito é o setor de comercio. E novamente a principal finalidade é destinada a formação de capital de giro. Foram realizadas 2.015.335 operações de MPO, os quais totalizam um montante de R\$ 2.878.394.584,63, com valor médio concedido em cada operação foi de R\$ 1.428,25. No ano de 2011 foram realizados 2.501.383 operações de MPO representando um volume de R\$ 3.755.106.065,62 concedidos, com média de valor por operação de R\$ 1.501,22. Com 85% das solicitações em empréstimos para financiar a formação de capital de giro.

Os dados consolidados do ano de 2012 do Programa de Microcrédito mostram que 3.848.109 operações de MPO foram realizados, representando a concessão de R\$ 6.237.579.238,94, com valor médio concedido por operação de R\$ 1.620,95. Dados do SEBRAE (2011) mostram que de dezembro de 2010 a dezembro de 2012 mais de 7,8 milhões de novos empregos foram gerados pelo seguimento de microempresas, sendo que o maior concentração estão nas empresas com até 4 empregados. Os valores arrecadados através de impostos por

estas empresas de julho de 2007 a junho de 2013 correspondem a R\$ 209,2 bilhões de reais.

Através da análise dos dados é possível presumir que o PNMPO está alcançando o propósito real do microcrédito, que é auxiliar os microempreendedores individuais no financiamento de pequenos investimentos e na criação de Capital de Giro, além de possibilitar o atendimento de diversos ramos de atividades. O nível de remuneração média do setor pode ser avaliado (TABELA 9), identifica-se uma clara evolução e podemos correlacionar com o crescimento deste seguimento.

TABELA 9 – EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA REAL DOS EMPREGADOS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS POR RAMO DE ATIVIDADE.

EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS EMPREGOS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, POR SETOR DE ATIVIDADE (em R\$)							
SETOR DE ATIVIDADE	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Indústria	826	893	956	1.046	1.129	1.227	1.342
Construção	777	830	885	981	1.061	1.174	1.280
Comércio	656	710	769	841	916	1.007	1.101
Serviços	759	820	867	942	1.015	1.111	1.218
Média	734	794	850	928	1.004	1.099	1.203

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego / elaboração: DIEESE

Nos relatórios anuais do PNMPO também é realizada uma análise com relação à adesão dos microempreendedores a formalização dos negócios. Os dados abaixo permitem analisar a distribuição ao longo dos anos em relação a adesão do SIMPLES pelos microempreendedores.

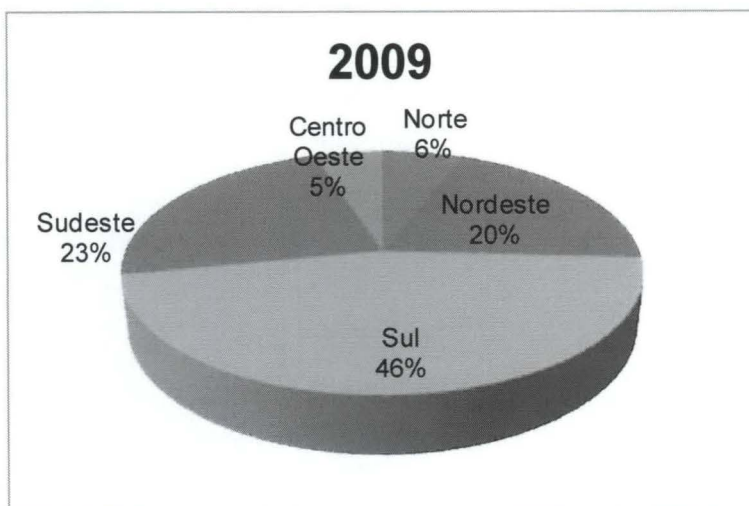
TABELA 10 – PERCENTUAL DE EMPRESAS FORMAIS OU INFORMAIS TOMADORAS DE CRÉDITO

	Tipo	Quantidade de empresas	Total	%
2009	Formais	191.539	2.852.781	7%
	Informais	2.661.242		93%
2010	Formais	128.123	3.391.480	4%
	Informais	3.263.357		96%
2011	Formais	144.071	4.312.967	3%
	Informais	4.168.896		97%
2012	Formais	301.309	6.605.869	5%
	Informais	6.304.560		95%

Fonte: PNMPO BRASIL

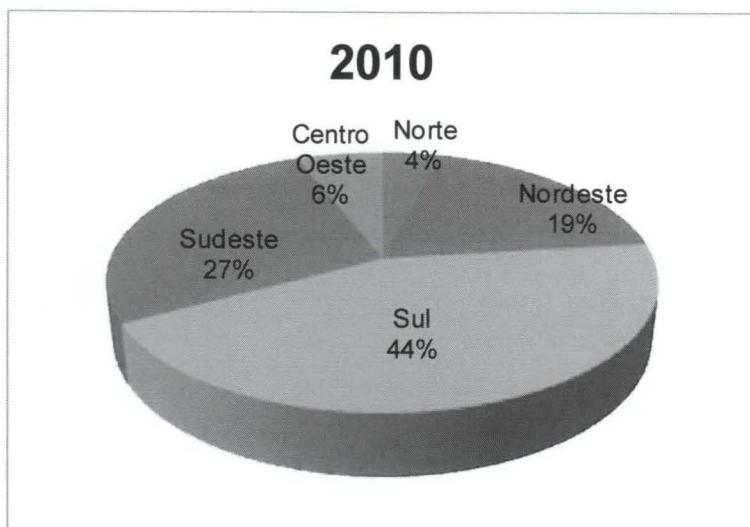
Um dos objetivos do PNMPO é atingir todos os setores e regiões do país com a distribuição do microcrédito. Nos gráficos abaixo se encontram as distribuições ao longo do período abordado em relação ao percentual de empresas atendidas em cada macro região do país.

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL DO TOTAL DE EMPRESAS ATENDIDAS EM 2009 PELO PNMPO



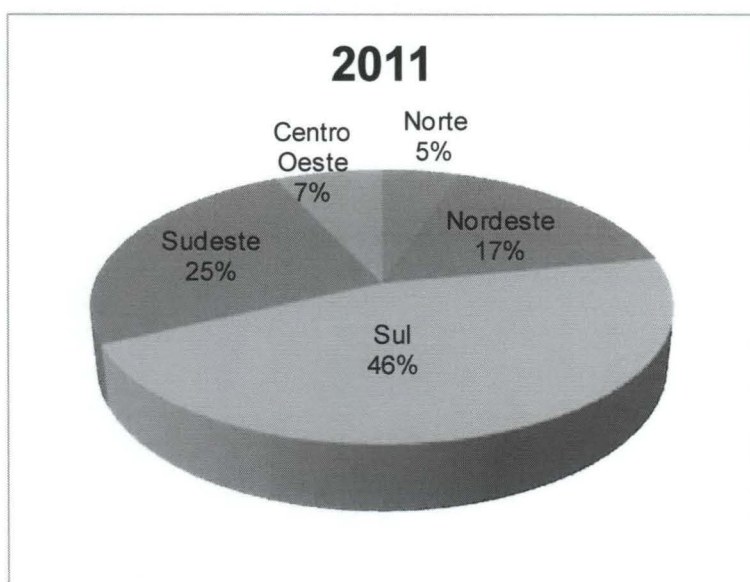
Fonte: PNMPO BRASIL

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL DO TOTAL DE EMPRESAS ATENDIDAS EM 2010 PELO PNMPO



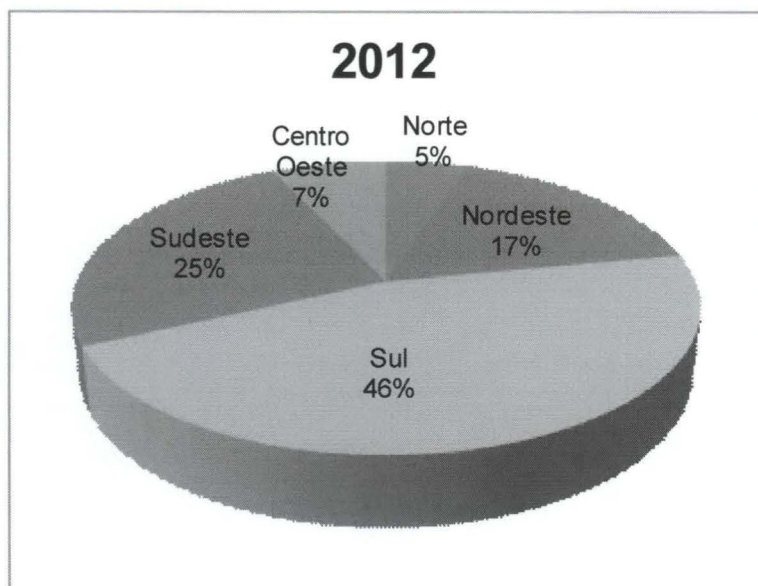
Fonte: PNMPO BRASIL

GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL DO TOTAL DE EMPRESAS ATENDIDAS EM 2011 PELO PNMPO



Fonte: PNMPO BRASIL

GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL DO TOTAL DE EMPRESAS ATENDIDAS EM 2012 PELO PNMPO



Fonte: PNMPO BRASIL

Analisando os relatórios oficiais anuais do PNMPO verifica-se que a quantidade de clientes atendidos ao longo dos oito anos de programa é significativo, assim como o volume de dinheiro empregado a esta ação. O montante é de treze milhões de empréstimos concedidos e mais de dezesseis bilhões de reais destinados a concessão de microcrédito no modelo de microcrédito produtivo orientado. Além do volume de microempresas atendidas um grande diferencial do PNMPO é o fato de ter atingido todos os estados e com isso atuou de forma ativa para todas as regiões e ramos de atividade. Esta análise também permite avaliar que como diz a teoria adotada no segundo capítulo é essencial ao desenvolvimento destas empresas a disponibilidade de capital para ser transformado em capital de giro uma vez que normalmente a utilização do crédito tomado é utilizada para sanar este problema.

5 CONCLUSÕES GERAIS

Na década de 70, conforme mencionado ao longo deste trabalho, o ambiente mundial não era positivo ao desenvolvimento das economias locais e a necessidade de oferecer recursos a população para assim poder iniciar um desenvolvimento econômico e acelerar o processo de reconstrução da economia era essencial, mas o ambiente de instabilidade e crise não favorecia as instituições financeiras, pois com a proximidade de um longo período de guerras, recessões e crises não havia garantias que possibilitassem a liberação de créditos em massa e o pouco crédito liberado eram para empresas que poderiam garantir retornos.

Sendo assim, por mais que os micro e pequenos empresários da época buscassem recursos para poder então iniciar um processo de micro industrialização e gerar um nível de oferta de empregos e conseguir gerar renda para sustento de suas famílias os recursos necessários não estavam disponíveis.

Com este cenário mundialmente instalado iniciou-se um movimento bastante intenso na busca de alternativas para iniciar um processo de reconstrução das economias e fortalecer a sociedade focando principalmente na redução dos níveis de pobreza que se instauravam e criando um fortalecimento dos mercados locais. KEYNES (1996) coloca que o estado tem o papel de promover a consciência de utilização efetiva dos recursos disponíveis na economia moderna. Deveria, portanto realocar de onde tinha mais e levar para onde tinha menos os recursos e assim elevar o nível econômico. E fortalecendo o trabalho de busca pelo desenvolvimento e estabilização das economias locais os governos passam a oferecer alternativas para que a economia aos poucos pudesse voltar a se aquecer.

A experiência do microcrédito no Brasil através do PNMPO demonstra que a conscientização do Governo sobre a importância de atuar como promotor do crescimento local e social é essencial, assim como, a necessidade de não só disponibilizar recursos, financeiros, mas também orientar os microempreendedores buscando assim o crescimento contínuo das microempresas. Para os micro e pequenos empresários, foco deste trabalho, a disponibilização do crédito é essencial visto que como relatado anteriormente ao longo dos quatro anos analisados, de 2009 a 2012, mais de 80% do crédito demandado é direcionado a criação de capital

de giro nas microempresas, sendo assim, supre às necessidades básicas para continuidade do negócio.

É importante destacar também que a interferência do Governo, seja através de leis ou regulamentações de mercado, para que os benefícios em relação à redução dos valores das taxas de juros a estes seguimentos são essenciais ao sucesso de programas como o PNMPO os quais buscam o desenvolvimento tanto financeiro quanto social.

A quantidade de negócios atendidos ao longo dos oito anos do PNMPO é muito significativa, assim como o volume de dinheiro distribuído. De 2005 a 2012 foram realizadas mais de treze milhões de transações de empréstimos via MPO, as quais totalizam o montante total de mais de dezesseis bilhões de reais. Este volume de dinheiro foi distribuído entre diversos segmentos do mercado como: comércio, agricultura, indústria, serviços e outros atingindo assim um dos grandes objetivos do programa que é dar acesso ao maior público possível ao microcrédito, possibilitando assim um crescimento regional e social mais abrangente. Assim como, em maior ou menos grau ao longo dos anos houve uma distribuição entre as macro regiões do país na concessão de crédito, sendo a região Sul a maior tomadora de crédito no programa.

O crescimento de 2005 até 2012 do montante de dinheiro concedido foi de 273%, iniciando com R\$2.283.955.244,22 e em 2012 R\$ 6.237.579.238,94 o grande diferencial deste recurso é que por definição da política de direcionamento este recurso atende famílias do norte ao sul do país e possibilita assim a redução da pobreza em diversos níveis. Programas de concessão de crédito são essenciais para desenvolver este setor, mas ainda não resolve todas as pendências e necessidades para que ocorra um fortalecimento e contínuo crescimento deste microempreendedores. É necessário incentivo para que massivamente estes empresários busquem a saída da informalidade dos seus negócios e com isso passem a ter seus registros junto a Receita Federal de forma ajustada e também consigam junto ao Ministério do Trabalho regular a questão previdenciária. O próximo passo após a utilização do microcrédito para iniciar o desenvolvimento do negócio é o planejamento e estruturação para que a possibilidade de crescimento seja real e estas MEI's e ME's se tornem maiores empreendimentos.

Estimulo a inovação dos mercados em que estão inseridos, investimento na capacitação da mão de obra envolvida para que ocorra um aumento da eficiência

operacional entre outros são assuntos que precisariam ser analisados e viabilizados a estes empreendedores. No entanto no que diz respeito à disponibilização do microcrédito como ferramenta crucial ao desenvolvimento desta empresa é possível concluir que o PNMPO vem colhendo bons resultados e a efetividade do programa é positiva.

REFERÊNCIAS

BACEN. Brasília. **Contém informações institucionais, técnicas, notícias, dados e serviços**. Disponível em <http://www.bacen.fazenda.gov.br> Acesso em: 30/11/2013

BARONE, F.M. LIMA, P.F.; DANTAS, V.; REZENDE, V. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. **Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, Dez 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília. **Contém informações sobre o microempreendedor individual**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>. Acessado em 30/11/2013.

FELTRIM, L.E.; VENTURA, E.C.F.; DODL, A.B. (Coord.). **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

FIGUEIREDO, R. P. **Gestão de Riscos Operacionais em instituições Financeiras – Uma abordagem Qualitativa**. Dissertação – Mestrado. Belém: Universidade da Amazônia, 2001.

IBGE (2009) - **Banco de dados**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/index.html Acessados em: 30/11/2013

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo, 1996.

LIMA, S.N. **Microcrédito como política de geração de emprego e renda**. Brasília: BNDES, 2009.

OLIVEIRA, Ivan T. M. **A ordem econômico-comercial internacional: uma análise da evolução do sistema multilateral de comércio e da participação da diplomacia econômica brasileira no cenário mundial**. Rio de Janeiro. PUC-RJ, 2007.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

PEREIRA, A.C. et al. **Massificação das microfinanças no Brasil: análises e propostas**. In: FELTRIM, L.E.; VENTURA, E.C.F.; DODL, A.B. (Coords.). **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

PNMPO BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília. **Contem informações sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado**. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/pnmpo/>. Acesso em 30/11/2013.

RIGHETTI, C.C.B. **Efeitos do microcrédito na geração de renda em microempreendimentos: avaliação de impacto do programa Real Microcrédito**. FGV. São Paulo, 2008.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Carlos Alberto. **Pequenos Negócios : Desafios e Perspectivas: Serviços Financeiros** / Carlos Alberto dos Santos, coordenação. - Brasília: SEBRAE, 2013.

SCHRICKEL, W.K. **Análise de Crédito: Concessão e gerência de empréstimos**. São Paulo, Atlas, 1995.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEBRAE (2012) – **Apresentação de Indicadores MPE**. Disponível em: http://www.agenciasebrae.com.br/indicadores/apresentacao_mpe_indicadores.pdf. Acesso em: 30/11/2013

SEBRAE (2011) **Anuário das pesquisas sobre as micro e pequenas empresas**. Brasília, SEBRAE, 2011.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: uma investigação sobre sua natureza e suas causas**.v.1. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

STIGLITZ, J.; WEISS, A. ***A credit rationing in markets with imperfect information***. American Economic Review, v.71. 1981.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2000.